

ATA RESUMIDA DA 473ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2001

1) DATA E PRESENÇA

Dia dezesseis de abril do ano dois mil e um, com início em segunda convocação, às 20 horas, tendo assinado a lista de presença cento e oitenta e um Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidência: Sergio Lazzarini
Vice-Presidente: Paulo Cesar de Arruda Castanho
Primeira Secretaria: Dulce Arena Avancini
Segundo Secretário: Paulo Roberto Taglianetti

Presidente – Houve por bem retardar o recolhimento livro de presença para as 20h30,

- É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros.

3) EXPEDIENTE

Comunicações da Mesa ou dos Conselheiros, propostas de caráter cívico, votos de pesar, de júbilo, etc.

Presidente – Em nome da Mesa, propôs fossem inseridos em ata votos de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Christina Pinto e Silva, irmã do Conselheiro Efetivo Roberto Luiz Pinto e Silva e do ex-Secretário da Comissão Financeira Carlos Eduardo Pinto e Silva, e cunhada do Conselheiro Ricardo Coutinho Carvalho e do ex-Membro da Comissão Financeira Cláudio Alves D'Amorim (associou-se o Conselheiro José Roberto Coutinho de Arruda), bem como pelo falecimento do Sr. Anuar Tumani, pai da ex-Conselheira Mariângela Guaryanas Tumani e sogro do ex-Conselheiro Vicente Renato Paolillo. Também submeteu ao plenário duas propostas de inserção em ata de votos de pesar. A primeira, de iniciativa do Segundo Secretário Paulo Roberto Taglianetti, pelo falecimento do associado José Geraldo Ferreira de Castilho e, a segunda, de autoria do Conselheiro Antonio Inserra Júnior, pelo falecimento do sócio Francisco Varca Thomeu. Propostas aprovadas.

José Roberto Coutinho de Arruda – Informou a respeito da Missa de Sétimo Dia de falecimento da Sra. Maria Christina Pinto e Silva.

Presidente – Apresentou proposta do Conselheiro Antonio Inserra Júnior, consignando em ata votos de louvor aos aquapolistas da equipe masculina

Roberto Vianello, Maurício Amadeo e Antonio Inserra Neto, que participaram da seleção brasileira, categoria Júnior, e se sagraram campeões sul-americanos em Campeonato realizado em Medelim – Colômbia, em março deste ano, bem como aos Atletas da categoria Juvenil Masculino que, comandados pelos técnicos Gilberto Guimarães, Betão, e Chiappini, conquistaram o Campeonato Brasileiro em competição realizada no recinto do Clube no mês de abril deste ano. Votos aprovados.

Primeira Secretária - Informou que os Conselheiros José Luiz Toloza Oliveira Costa, Antonio Júlio Marins Lemos e José Ricardo Pinheiro Lima se demitiram dos cargos que exerciam junto à Diretoria e foram reintegrados ao Conselho. Colocou à disposição dos Conselheiros para consulta o relatório da A.V.O. de janeiro, bem como o Balanço Patrimonial em 31/01/2001. Deu conhecimento de que a Diretoria oficiou encaminhando o Contrato de Prestação de Serviços celebrado pelo Clube com a Soccer Grass S/C Ltda, referente à reforma do Campo “B” de Futebol, bem como enviando duas Erratas da sua prestação de contas/2000 (págs. 110 e 112), ambas distribuídas na entrada da reunião.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Ratificou a proposta do Conselheiro Antonio Inserra Júnior, consignando votos de louvor a atletas da seção de Pólo Aquático, destacando a brilhante campanha realizada pela equipe Juvenil, a atuação do Técnico Gilberto Guimarães e do Assistente Técnico Chiappini, confirmando seu antigo entendimento no sentido de que se o Clube tiver diretores indicados pelos associados e atletas obterá resultados, porque a seção ficou 9 meses sem diretor, completamente acéfala. A Diretoria atendeu aos anseios dos praticantes e sócios e colocou na direção o Sr. Ricardo Sasso, que já está conquistando os lauréis de sua administração.

1) ORDEM DO DIA

Item 1 - Apreciação da ata da 472ª reunião extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2001.

Vicente Carlos Gonçalves – Propôs retificação da ata para que fosse acrescentada no resumo da ata a seguinte frase no início de seu pronunciamento no Expediente: “Mas, antes disso gostaria de expressar aqui uma coisa que eu tenho na cabeça, que é falando da verdade que Jesus disse quando estava na mesa com os seus amigos de sempre, na Última Ceia, e que ao terminar Ele usou as seguintes palavras: Em verdade, em verdade eu vos digo, antes de o galo cantar três vezes, um de vós vai-me trair.”.

Presidente – Submeteu a ata à aprovação, com a retificação proposta pelo orador.

Deliberação:

A ata foi aprovada com as retificações supra.

Item 2 - Apreciação do processo CD-03/2001, referente ao relatório da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2000.

Joaquim Dias Tatit – Lembrou que antes de vir ao Conselho a prestação de contas passa por um criterioso exame das Comissões Permanentes, com ênfase na Financeira, bem como do Conselho Fiscal, composto por pessoas com conhecimentos pertinentes ao ramo financeiro. Tudo isso para que os Conselheiros, ao apreciar processos ligados às finanças tenha previamente a opinião desses órgãos especializados para os orientar. Observou que não viu em nenhum dos pareceres restrição significativa para aprovar o relatório da Diretoria. Além disso, o parecer dos auditores independentes Boucinhas e Campos, profissionais do mais alto gabarito e de grande respeito, indicam textualmente que as demonstrações contábeis em causa, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes as posições patrimonial e financeira do Clube em 31/12/2000, bem como as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações dos seus recursos referentes ao exercício findo naquela data. Tudo de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária. Existem questões que afetam o Clube, relacionadas com contribuições junto ao INSS, PIS, Cofins, mas, segundo o relatório dos citados Auditores, a administração suportada pela posição defendida pelos seus advogados, tem condições pelas providências cabíveis já tomadas, entre elas o registro de provisão para a questão relacionada com o INSS, no valor de R\$20.658.000,00, tem condições suficientes para preservar o patrimônio líquido do Clube em 31/12/2000. São esses pareceres de quem conhece o assunto que os Conselheiros devem levar em conta ao votar a aprovação do Relatório. Disse cultivar a esperança e o otimismo, pois queixas e crises sempre existiram e continuarão existindo, como não poderia deixar de ser em um Clube grande como o Pinheiros. Podem existir problemas turvando os nossos olhos, mas existem muito mais coisas positivas, boas e belas do que as negativas, ruins e feias. Se assim não fosse o Clube não seria o que é. Basta usar a lógica. Se predominasse o ruim, no final ele acabaria eliminando o bom, e já houve tempo de sobra para que isso acontecesse, e sabemos que não aconteceu. O otimismo não é fantasia, é a consciência e uma realidade que cria, avança e constrói. A meta do dirigente é vencer, ou vencer, não importando os sacrifícios feitos, as incompreensões recebidas e até algumas

críticas injustas. É esta a filosofia de trabalho que tem feito o Esporte Clube Pinheiros cada vez melhor e mais admirado. E esperamos que esta marcha continue.

Ralph Jordan – Disse que apreciou o relatório e o comparou com a proposta orçamentária desse exercício, tendo observado o seguinte: na ocasião da aprovação do orçamento pronunciou-se para informar aos Conselheiros que o esforço por parte dos técnicos que operam o orçamento e seu controle, bons profissionais, por sinal, onde vários itens receberam tratamento mais acurado, viria permitir alcançar melhores resultados de gestão administrativa para o exercício de 2000. Disse também na época que melhor seria quando a diretoria conseguisse devolver para a conta investimentos, os recursos que o Conselho autorizou fossem transferidos para custeio, quando necessário foi em ano anterior, sem ônus para o associado. Entretanto, a gestão administrativa de 2000 apresenta uma piora significativa na importante relação entre o que o Clube tem e o que ele deve. Não discutiu se os lançamentos contábeis estão corretos. Evidentemente, o estão. As Comissões Permanentes, a Auditoria externa - Bolsinha e Campos, muito conceituada - atestam que os lançamentos estão corretos. Sendo assim, deve-se analisar o que esses lançamentos realmente representam. Quando do início do Plano Real, exercício de 1994, quando a nossa moeda mudou, tínhamos um índice de liquidez, isto é, a cada real que o Clube devia no dia 31 de dezembro, ele tinha R\$0,66 para pagar. E não adianta dizer que em janeiro já teríamos o dinheiro do ano posterior, porque aquilo já era para o ano posterior, o que, para gestão e caixa ajuda, mas não cobre despesas do fim do exercício. Acrescentou que nos anos seguintes a situação foi deteriorando, até 1997. Quando, em 1998/99, apresentou uma pequena reação, foi o que o animou no ano passado, tendo se manifestado sobre o Orçamento/2000; embora tivesse uma certa preocupação, deu um voto de confiança por aquilo que se levantou quando esteve nas áreas técnicas do Clube, que operam em orçamento e finanças. Comentou que o que o assustou foi quando analisou esses documentos e chegou à conclusão de que nada o faria enxergar números diferentes do que os R\$0,33 a cada Real que o Clube está devendo desde 31/12/2000. Portanto, o Clube só tem um terço da capacidade de fogo para agüentar cobrir as suas responsabilidades, o que é sério. Com os recursos obtidos em 2001, janeiro, fevereiro, através do desconto em carnês, que o Clube promove, isto é, recebe antecipadamente o exercício todo, nos meses de janeiro e fevereiro, com um desconto, isto gera uma capacidade de liquidez momentânea com o risco de ser ilusório, porque se se argumentar que em janeiro e fevereiro o Clube tem aplicação financeira e tanto e pode-se afiançar o seguinte: ele tem essa aplicação exatamente menor do que deveria naquilo

que ele ficou devendo no saldo do ano passado. Se temos recurso no começo do ano para cobrir o que faltou, o que vai acontecer de meados do ano para o fim deste exercício? Os documentos atestam que é premente a mudança na filosofia de gestão administrativa, caso contrário, em curto espaço de tempo tornar-se-á obrigatório chamar recursos extraordinários das contribuições sociais para não comprometer o patrimônio do Clube. O fato de uma Comissão Permanente, ou da Boucinhas e Campos, não se pronunciar sobre esse assunto, é porque é muito notório de que não lhe cabe fazê-lo. Cabe ao Conselho dizer qual é o caminho a perseguir, qual vetor escolher para o Clube. Isso pode ser demonstrado pelo índice de liquidez, que era 0,66 foi para 0,62, 0,367, 0,37 e em 1998 começou a melhorar para 0,428 centavos por unidade padrão, mesmo com todas as recomendações feitas quando da análise do orçamento de 2000, em novembro de 1999, quando ele, orador, teve oportunidade, inclusive, de aplaudir o trabalho dos técnicos que estão nessa área, que não são leigos, são profissionais e muito bons, mas não são os donos da linha de diretriz operacional do Clube. Isto sim, cabe à Diretoria. Se ela está optando por cada vez mais gastar dinheiro do ano seguinte, no próprio exercício, para cobrir as contas, resta saber em que momento ter-se-á que enfrentar alguma coisa muito desagradável. Concluiu, dizendo que a aprovação de registros contábeis não aprova também a gestão administrativa, com relação à filosofia adotada. Ou voltamos rapidamente os nossos olhos para isto, ou a situação poderá se complicar muito, a curto prazo. E a única solução é reduzir imediatamente os gastos, independentemente de ter sido aprovado o orçamento de 2001, de forma que a capacidade de recursos supra a diferença acumulada, mais o exercício, porque o Clube não conta com recursos extraordinários, ele vive de um padrão fixo daquilo que recebe dos seus associados. E os custos não podem ser maior do que a receita. Disse esperar que a filosofia da administração mude urgentemente para o bem do Clube, sob pena de ter que participar com seu patrimônio, posição com a qual, certamente, nenhum Conselheiro concordará.

Hugo Nivaldo Napoli – Corroborou literalmente com o que disse o orador. Pediu que a Diretoria esclarecesse algumas dúvidas sobre a matéria. Inicialmente, referindo-se ao item serviços especializados – pág. 97 do exemplar do relatório, perguntou qual o valor global do custo dos serviços terceirizados em 2000, quais e quantas empresas foram contratadas, quantos empregados dessas empresas estão trabalhando no Clube, se esses contratos foram objeto de apreciação das Comissões Jurídica e Financeira - porque serviço terceirizado é um outro tipo de serviço não os empregados do Clube e como é feita a seleção dos empregados terceirizados que prestam serviços aqui.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Reportando-se ao que foi dito pelo Conselheiro Ralph Jordan, e após ter analisado bastante a matéria, entendeu que aquela declaração a respeito do que se apurou foi desastrosa. Em contabilidade, em termos administrativos, financeiros, isso se chama “morte lenta de uma empresa”, o que vem ocorrendo gradativamente com o Clube, se comparado a uma empresa, devido aos prejuízos que ele vem tendo. Se for comparado o ativo circulante com o passivo circulante, uma perda anual em 1994, de R\$905.000,00; em 1995, R\$1.305.000,00; em 1996, R\$2.605.000,00; 1997, R\$3.379.000,00; 1998, R\$3.778.000,00; 1999, R\$3.689.000,00, e, em 2000 há uma diferença de R\$5.710.000,00, ou seja, cada um R\$1,00 que o Clube recebe, ele tem que pagar R\$3,50. Não é contabilidade, não é balanço. No final do ano fecha-se o balanço, agora, a gestão empresarial é que está desastrosa. Isso está claro na pág. 88 do relatório. Segundo verifica-se nos balanços, desde 1994 a 2000, o Clube vem sofrendo um endividamento gradativo e constante a ponto de estar em 31/12/2000 com um déficit entre passivo e ativo circulante de R\$5.710.580,00. Perguntou à Diretoria como será pago esse déficit, se será com a venda do patrimônio do Clube, ou com uma chamada extra dos associados – hipótese que seria a derrocada do Conselho permitir. Fazer empréstimo bancário, estamos proibidos. Então, se nos próximos anos o Clube não tiver uma gestão compreendendo esses problemas, segurando as despesas, evitando-se gastar com Campo de Futebol, que não seria necessário, reforma de lago, que não é necessária, o Clube caminhará para a derrocada. Ressaltou que é sócio há 50 anos e Conselheiro há 30 e pela primeira vez se pronunciava verificando esses dados, situação seríssima. Posicionou-se pela análise da gestão.

Sérgio Vergueiro – Inicialmente, disse que sua discordância filosófica não o impedia de reconhecer e cumprimentar o Presidente Cezar Roberto, bem como os demais membros da Diretoria, pelo legítimo esforço que durante quatro anos dedicaram ao Clube, indubitavelmente dando de si o melhor. Exemplificando, referiu-se aos três orçamentos do Clube: o dinheiro que vem das mensalidades e vai para pagar todos os itens de custeio, mão de obra, etc, etc, encerrando o ano passado com R\$881.149,00 a menos de custeio, neste ano encerrando com R\$885.693,00 a menos. Em lanchonetes e restaurantes, todo o dinheiro que entra é gasto e começou o ano devendo R\$1.197.528,00, encerrando devendo R\$1.276.156,00. Finalmente, em Investimento, onde é lançado tudo o que se arrecada com taxas de transferências e outras receitas específicas desta rubrica, e com esse dinheiro se paga os investimentos e as obras que têm que ser feitas. Neste orçamento, felizmente, sobram e sobravam anteriormente R\$2.415.269,00 e continua

sobrando R\$2.365.186,00, que é o que equilibra os dois primeiros, custeio e bares e restaurantes, onde se gastou mais do que se recebeu. Na pág. 113 consta a demonstração da posição financeira global, que é o orçamento de custeio, lanchonetes e restaurantes e investimento de fundo especial, comparando o exercício anterior e este, ao que aconteceu em 2000, como antes elencado. Disse que o preocupa sobremaneira a posição de bares e restaurantes (pág. 110), porque estamos encerrando o exercício, onde no restaurante da sede social, no Ponto de encontro e no restaurante do CCR, gastamos e recebemos do caixa menos do que o necessário para pagar. Um prejuízo de R\$661.226,00 nesses três pontos. Mas se fosse só este ano, diria-se que aconteceu alguma coisa e que seria corrigida no ano que vem. Neste ponto o Conselho recomendou isso, quando aprovou o orçamento, alertando que estavam gastando muito. Desde 1994 até hoje esses três pontos de venda somam R\$2.694.000,00 de prejuízo. Todos os anos, sistematicamente, esses três pontos de venda gastam mais do que recebem do seu caixa. E nas lanchonetes e bares, onde todos sistematicamente dão prejuízo, com exceção do Piano Bar e do Pinho Suco, neste ano gastou-se mais do que entrou no caixa R\$223.640,00. Em suma, um prejuízo de R\$884.886,00 em bares e restaurantes no ano 2000. E se somarmos o que se gastou em prejuízo de bares e restaurantes, nos últimos três anos, 1998, 1999 e 2000, mais esses R\$884.000,00, gastamos R\$2.129.000,00 de prejuízo. É muito tempo e muito dinheiro, muito sistemático, em todos os bares e restaurantes de um clube, durante muito tempo, para que não seja objeto de uma recomendação, como a que fez o Conselho ao aprovar o orçamento de 2001. Perguntou quais medidas serão tomadas para evitar que se gaste mais do que entra no caixa e se isso seria permitido aqui, porque o Clube ganha dinheiro fazendo eventos para terceiros; aluga-se o salão, administra para terceiros e se ganha R\$500.000,00 de lucro, dinheiro que pertence aos sócios e não pode ser desperdiçado em bares e restaurantes dessa forma. E não é uma questão de alta elucubração filosófica, é uma questão do que entra e do que sai num sistema que é de si um serviço reembolsável. O Clube está gastando demais e o Conselho tem responsabilidade perante 40.000 associados e 29.000 contribuintes, quando aprova estas contas, sua função é chamar a atenção para isso, porque ele representa os sócios e deve lhes prestar contas das suas orientações. Conseqüentemente, não somente o Conselho fez a recomendação, que não foi respondida pela Diretoria até hoje: quais são as medidas que vão tomar, para acabar com esse déficit sistemático, ou assumimos a responsabilidade de achar que isso é normal. O mesmo ocorre com o orçamento de investimentos. Iniciamos este ano com um saldo em caixa de R\$2.415.269,00, que tinha sobrado do ano passado, e do ano retrasado e há quantos anos, um, dois, três, quatro, cinco, seis anos que

sobra dinheiro, que se acumula para cobrir os outros dois. E encerramos este ano com R\$2.365.000,00 de sobra de dinheiro, que não foi aplicado e está disponível. Não é a venda do imóvel da R. D. José de Barros, que este Conselho impediu que se fizesse. Perguntou do que se tratava a rubrica Teleinformática, pois o Conselho deverá aprovar este gasto, e não a intenção do gasto quando se faz o orçamento. A obra tem que vir ao Conselho e a Comissão de Obras deverá ser ouvida, para isso foram eleitos os especialistas para opinar e não para que se gaste R\$755.000,00 em instalações de teleinformática, sem que os Conselheiros saibam se isso é necessário, ou não, para o Clube. Dos R\$2.359.000,00, R\$864.000,00 são efetivamente obras de engenharia civil, o resto é teleinformática e engenharia que custa R\$683.000,00 por ano, para R\$864.000,00 de obras. Quase que R\$1,00 no Departamento de Engenharia para R\$1,00 na obra. Disse que da outra vez o Conselheiro Arlindo já o informou que o Departamento de Engenharia também atende às obras de custeio. Então atribua-se ao custeio, a parte de custo que ele atende, e deixe para o investimento a parte de custo de investimento, porque não podemos transferir recursos do orçamento de investimento para cobrir custeio, como vem sendo feito, sem autorização do Conselho, e o que está se fazendo é uma transferência de recursos de fato e não de direito, de um orçamento para outro. Como foi dito anteriormente, chegará um momento em que teremos que pedir para os associados. Disse que fazia aquelas observações por não concordar com essa filosofia de gestão, que não vai acabar com o Clube, mas o altera, acrescentando que o Pinheiros é um clube de classe média, de gente que fez isto medindo o dinheiro, quando não tinha dinheiro para nadar na piscina, nadava no cocho, e nunca se envergonhou de ser um clube austero. Lembrou que o Conselheiro Celso Hahne fez uma enorme obra neste clube, sem onerá-lo, e ainda deixou muitos títulos para serem vendidos, para frente. É assim que o Clube vai, e não fazendo esses déficits sistemáticos e cobrindo com gastos muito altos. Manifestou-se pela aprovação do relatório da Diretoria e do balanço, por reconhecer o esforço e a dedicação da atual Diretoria, indubitavelmente, e as contas estão aqui, mas, ressaltando que como Conselheiro tem obrigação de opinar com toda sinceridade, e discorda do item de bares e restaurantes, com prejuízos sistemáticos, de ano a ano, enormes, bem como não concorda em não se aplicar os recursos de investimento disponíveis e deixar isto ano a ano sem aplicar, isto é uma transferência indevida e que não repõe o ativo do Clube. Encerrando, disse que o orçamento de custeio, que em 1994 era de R\$10.000.000,00, seriam US\$10.000 naquela época, e R\$22.000.000,00 hoje, transformados em dólares, que está à beira dos R\$40.000.000,00, tem esse déficit acumulado de R\$885.000,00, que está sendo empurrado para frente, ano a ano. Portanto, tudo que o Conselho recomendou ao aprovar o

orçamento de 2001 foi pertinente, recomendações leais, equilibradas, elogiadas pelo Conselho Fiscal e que não mereceram a falta de atenção que se deu a estas recomendações. Mas estaremos cobrando o atendimento da soberania deste Conselho, permanentemente. Encaminhou a seguinte declaração de voto:

“Sr. Presidente do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros

Com relação ao item 2 da ordem do dia da 473ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo que trata da apreciação do Relatório da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2000, meu voto é o seguinte:

Aprovo o relatório da Diretoria e o balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2000 com as seguintes observações:

1.- Item Lanchonetes e Restaurantes – é urgente o atendimento das recomendações do Conselho quando da aprovação do Orçamento para 2001, uma vez que o resultado negativo dos Restaurantes e Lanchonetes em 2000 apresenta um déficit de R\$884.866,00, com um aumento de 48% em relação ao déficit de 1999 que foi de R\$595.000,00, resultando num saldo negativo acumulado de R\$1.276.156,00 em 31/12/2000.

2.- Item investimentos – o resultado em 2000 comprova o acerto das recomendações do Conselho Deliberativo para o orçamento de 2001, uma vez que R\$2.365.186,00 restam sem aplicação, apesar de disponíveis, e que apenas R\$864.106,00 foram aplicados em obras e reformas em 2000.

3.- Item custeio – o déficit acumulado de R\$885.693,00 oriundo de exercícios anteriores enfatiza a necessidade do atendimento à recomendação do Conselho para o orçamento de 2001 para um esforço enérgico de economia de 10%, a fim de evitar a necessidade de contribuição adicional dos associados para cobertura desse déficit e reconstituição do nível adequado de reservas.

ECP, 16 de abril de 2001”

a) Sérgio Vergueiro – Conselheiro

Francisco Carlos Collet e Silva – Também se impressionou com a exposição do Conselheiro Ralph, concordando que a situação do Clube é sobremaneira preocupante. A diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante é muito grande e isso demandará necessariamente providências rigorosas, contenção

de gastos, ou realização de receita de algum modo. Não haverá outra alternativa. Sobre a questão do IPTU, disse que a nota 11, às fls. 98 do Relatório da Diretoria, consta que o Clube desde 1997 não vem recolhendo IPTU, porque haveria uma parte controvertida, que seria a parcela referente ao predial, porém, ainda que se admita essa controversa, remanesceria aquela parte indiscutível, relacionada com a parte territorial. Pelo relatório, na mesma nota, existiria um passivo tributário relacionado também no passivo circulante, no valor de R\$1.300.000,00. Como é desde 1997, na própria redação da nota há referência que essa dívida já estaria inscrita. Ora, a inscrição da dívida é o ato imediatamente anterior à distribuição de uma execução fiscal. Embora a diretoria pondere que existem processos administrativos pedindo que sejam retificados os lançamentos com o IPTU, pretendendo a exclusão da parte predial, fato é que aquela parte, então, incontroversa também, não foi recolhida. Isso pode surpreender o Clube e seus associados, precipitando uma situação muito difícil: de uma hora para outra, distribuída a execução fiscal, terá que onerar o seu patrimônio ou pagar este valor em cinco dias, a partir da citação, devendo ser considerados multa, honorários advocatícios, juros de mora. Pediu que a Diretoria esclarecesse se há uma execução distribuída contra o Clube, se o Clube já teria sido citado para pagar. Pelo que consta do relatório, o Clube teria apenas ponderado da isenção relacionada com a parte predial, não teria pago a parcela do imposto territorial. Não tendo pago, ainda que consiga uma exclusão, por conta de isenção, daquela parcela predial, a não paga estaria passível de multas e demais encargos moratórios. A única coisa que excluiria, segundo a lei, o ônus de multas e inibe a distribuição de uma ação executiva seria o depósito judicial. Isso não consta do relatório, e diz a perícia que o relatório retrata a situação efetiva, que não foi feito o depósito.

Marcelo Grassi – Entendeu desnecessário dizer que a situação do Clube, não só pela filosofia de administração, é preocupante. Mesmo que tudo estivesse funcionando de acordo com os anseios dos sócios, o caixa está baixo. É necessário gerar receitas alternativas. Hoje em dia as receitas são obtidas através do marketing, que não é só a exposição e a promoção de um clube ou de uma empresa, mas é a geração de receitas alternativas, incluindo-se vendas. Analisou a parte do relatório relativa à Diretoria de Marketing (pág. 10), sobre patrocínios e apoios. Patrocínio é uma renda alternativa que se procura para que se possa arcar com projetos que não tem caixa. No seu relatório a Diretoria informa que firmou acordo com a empresa Lindoiana, para produção de uniformes para a seção de Pólo Aquático. Perguntou por que foi firmado esse acordo, pois sabia que há tempos a seção não tinha mesmo uniformes, mas tomou conhecimento – e pediu que isto fosse confirmado – de

que havia sido feita uma doação para que fossem comprados esses uniformes.

Olympio da Silva Caseiro - Confirmou, dizendo que soube por intermédio de uma sobrinha que pratica Pólo Aquático que as atletas não possuíam uniformes padronizados. Tendo esta lhe pedido, doou os uniformes para a equipe feminina.

Marcelo Grassi – Entendeu que o mínimo que os sócios merecem por defender o Clube é o uniforme. Por isso temos os piores exemplos, tais como perder uma disputa por “WO”, mesmo estando presente, por falta de uniforme e de uma administração mais competente, obviamente. Outra questão é a Clínica Vértice de Estética, que apoiou a Noite dos Veteranos e o Hotel Conrad Casino, que ofertou um pacote para sorteio no Revellion. Perguntou se o patrocínio todo que o Pinheiros conseguiu se resumia nesses três nomes. Se são receitas alternativas, se estamos com problemas de caixa, deveríamos mais e mais conseguir um superávit, através dos patrocínios, para bancar essas despesas. Contou que por quatro anos realizou campeonato internacional de Tênis no Clube. Em determinada ocasião teve problemas para fazer o torneio e pediu ajuda à Diretoria, que o encaminhou à Diretoria de Marketing. Na ocasião ficou sabendo que aquele setor tinha especialistas na prospecção, captação de recursos, etc, ganhando 20%. O mínimo que esperava, agora, era que esses especialistas constassem do relatório, pois a vida do Clube interessa a todos os sócios. Perguntou quais seriam esses especialistas e que retornou eles trouxeram para o Clube. Aqui se vê ações promocionais, lançamento de iogurtes, centro de sorvete, ação promocional, mas quanto vale uma ação promocional para lançamento de um novo produto dentro do Pinheiros? Não pode ser pouco, ou será que é muito? Disse que em determinada ocasião comentou com a Diretoria que o campeonato que ele realiza, que é um evento de terceiros, apesar de ser feito por um sócio, poderia gerar lucros para o Clube, tendo o Sr. Presidente respondido que o Clube não visa lucro. Ora, não precisa visar lucro, mas pode visar um superávit para bancar tudo aquilo que não tem recursos. E muitos gostariam de trabalhar ganhando 20%, até mesmo aqueles grandes atletas que trabalham ainda com aqueles esportes, que fazem parte da tradição pinheirense, que poderiam ser consultados, ser aproveitados para gerar esses recursos. Voltando aos esportes, no Tênis 60% da receita foi para o recreativo. Disse que perguntou à Diretoria que esclarecesse o que seria esse recreativo e não obteve resposta, porque no total de R\$600.000,00 se gasta R\$50.000,00/mês, que é muito dinheiro. Afirmou que como Conselheiro tem direito de tomar conhecimento a respeito, pois é o Conselho que tem que

deliberar todas as iniciativas da Diretoria, e não simplesmente aprovar e chegar à situação preocupante na qual o Clube se encontra. Referindo-se à conta Patrocínio Pró-Amador, defendeu que não se podem privilegiar somente as modalidades Tênis e Voleibol. Também questionou o relatório sobre um evento no Tênis que se recebeu R\$4.700,00 num torneio menor e outros campeonatos grandes que destruíram duas quadras para depois ter que reformá-las, dizendo que não localizou no relatório essa contabilidade. Finalizando, disse que o relatório continua muito vago, preocupante por tudo que já havia sido dito em plenário e manifestou-se contrário à sua aprovação.

Pedro Antonio Lousan Badra – Comparou a apreciação do relatório à análise da postura gerencial do Clube e das filosofias de gestão que produziram esses números que os técnicos na área tem opiniões favoráveis e desfavoráveis, parecendo-lhe que o que deveria ser analisado era se o relatório deveria ser simplesmente aprovado, ou aprovado com senões, que tem muito mais significado do que simplesmente rejeitá-lo. Não há efeito prático em aprovar, porque as contas já foram feitas e os números auditados, desacreditando que as comissões técnicas e a firma Boucinhas deixariam passar em brancas nuvens essas contas, de créditos e débitos. O que o Conselho tinha que analisar era o princípio, a filosofia de trabalho que gerou esses números. E, assim, aprovar o relatório com observações. Explicou que Peter Grant, pessoa muito conhecida no meio de análise mundial de firmas, notório especialista no assunto, quando externa a postura do dirigente de uma associação sem fins lucrativos, a função da direção é buscar a todo custo o equilíbrio, e ver o que se recebe e o que se gasta, mesmo porque não lhe pertence esse dinheiro, pertence ao associado. Portanto, o comentário de que houve despesa maior do que receita, mostra que o síndico eleito não está cumprindo com a sua missão, que é o equilíbrio, e mais ainda, ao aprovar a matéria sem restrição o Conselho estará endossando essa filosofia, com o que não concordava. Afirmou que não endossava a postura de se gastar mais do que se recebe, nem que se aumentem as receitas. Endossava, sim, a redução e a otimização das despesas e a aprovação de obras como a do anel hidráulico, resultando em economia de consumo de água. Considerando que com exceção de um orador os pronunciamentos em plenário apresentaram restrições aos três orçamentos: bares e restaurantes, porque gastou mais do que recebeu; investimento porque não se investiu aquilo que tinha que investir; e custeio, porque se gastou mais do que recebeu., pediu que o Conselho atentasse para o índice de endividamento (pág. 88). Explicando sobre esse índice, disse que na posição do balanço patrimonial de 1999, consta que todo o circulante era R\$3.064.046,00 reais e todo circulante do passivo R\$6.753.000,00. Isto é, a cada R\$1,00, devemos 2,2. Obviamente que

a ação da Diretoria, de 1990 para 2000 seria diminuir esse número, receber e gastar menos. Verifica-se que em 2000 tínhamos o total para receber R\$2.782.359,00, e tínhamos e temos para pagar R\$8.492.000,00, ou seja, 3,05, índice de endividamento. O índice, ao invés de diminuindo está aumentando. De onde vem essa diferença? Ou nós vendemos alguma coisa, ou deixamos de gastar. E é esta a filosofia de gestão que se bate, toda vez que tem que analisar este relatório. Na pág. 89, o resultado do trabalho efetivo da Diretoria, ano de 1999: negativo 1.800, ano de 2000, negativo de 2.596. Ora, o Conselho elegeu um Presidente, que por sua vez montou uma equipe, está trabalhando e por qualquer óbice ou qualquer postura não têm atingido os seus objetivos. Na pág. 12 vê-se números como: admissões 1011, demissões 878, exclusões 398, licença 215, demonstrando uma redução de 20% no número de associados, isto é, a postura administrativa que está sendo seguida tem diminuído o corpo associativo, não tem dado o equilíbrio nas contas de bares e restaurantes, não tem usado os recursos eficientemente de investimentos e tem dado o déficit de custeio. Propôs que as contas fossem aprovadas, com as restrições que estava mencionando, no sentido de que não tinham sido cumpridas as metas de bares e restaurantes, de investimentos e de custeio. Enfatizou que os Conselheiros têm que defender os associados que representam e é a eles que têm que responder. Ao aprovar a matéria como apresentada estar-se-ia endossando essa filosofia com a qual não concordava. Desde logo, declarou seu voto, contrário à aprovação do relatório sem restrições. Respondeu ao Sr. Presidente que formalizaria sua proposta.

Ruy Sérgio de Azevedo Sodré – Embora entendendo que o Conselho fatalmente teria que aprovar o relatório, disse que o preocupava o fato de que o Clube sempre foi de classe média, e hoje encontra pessoas que dizem terem sido sócias, mas que as mensalidades ficaram muito caras e não puderam continuar pagando; o Clube está ficando caro, uma família com dois ou três filhos está pagando R\$400,00/mês. Independentemente da aprovação, ou não, do relatório, pediu que essa, ou a nova Diretoria, considerasse suas ponderações.

Presidente da Diretoria, Cezar Roberto Leão Granieri – Consultado pelo Sr. Presidente se pretendia prestar esclarecimentos, disse que incumbiria o Diretor Roberto Gasparini para fazê-lo e, se fosse permitido, voltaria para fazer outras considerações complementares.

Presidente – Respondeu que o Conselho tinha todo interesse em ter o esclarecimento da Diretoria, mas para que não haja uma superposição de

membros da Diretoria fazendo uso da palavra, somente um poderia prestar esclarecimentos, que era o Presidente ou alguém que este designasse.

Roberto Gasparini – Designado pelo Sr. Presidente da Diretoria, preliminarmente esclareceu a diferença entre balanço orçamentário, balanço patrimonial e demonstração de investimentos realizados. O balanço orçamentário é a expressão de tudo aquilo que foi previsto, planejado, para poder ser realizado no exercício seguinte, é a melhor carta de intenções possível que a gestão vai tentar cuidar para conseguir realizar o seu objetivo. Ele detalha as suas contribuições, taxas, enfim, todas as suas receitas possíveis e, de outro lado, a contra partida do que é possível gastar. Ao final do exercício é feito o balanço orçamentário; mensalmente, ao longo do exercício é elaborado um documento chamado avaliação da variação orçamentária, que serve para a gestão administrativa, da Diretoria, encontrar ou identificar possíveis desvios, tomar medidas preventivas para a correção. Ao final do exercício o que vale é uma avaliação macro da coisa. No resumo do balanço orçamentário (pág. 101), onde consta que o clube previa receber no orçamento de custeio R\$41.500.000,00, e ia gastar também isso, só que, infelizmente, ele não teve essas receitas, perdeu 6% delas receitas. Mas a gestão “foi competente para também reduzir as despesas em 6% e neutralizar eventuais déficits”. Em lanchonetes e restaurantes idem, a previsão era uma e aconteceu outra. Algumas razões imponderáveis, outras já conhecidas, bares e restaurantes é historicamente uma área de prestação de serviços, está sempre disponível e nem sempre terá à sua disposição os consumidores em todos aqueles momentos. Como avaliação macro, se pegar o valor da diferença do orçamento de bares e restaurantes no período, temos uma distorção de 1,33%. No cômputo geral, balanço orçamentário, somados os produtos de receitas dos três orçamentos, a distorção é de apenas 0,28%. Afirmou que não estava divulgando o acerto da gestão, mas dizendo que a Diretoria foi muito feliz em poder fazer uma previsão praticamente com uma distorção inferior a 0,5%, devendo ser considerado que estamos no Brasil, submetidos aos mesmos problemas que a grande maioria do setor empresarial e toda a economia do país está submetida neste momento, com temores, turbulências, etc. O que interessa nessa avaliação do orçamento é: o balanço está equilibrado. A partir daí, temos o balanço patrimonial, que é o balanço contábil, que poderia não ser feito por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, mas que historicamente é feito pela Diretoria. Estudiosos da matéria dizem – entidades sem fins lucrativos podem adequar os seus demonstrativos contábeis, seus instrumentos de gestão, ao entendimento da sua comunidade e da sua coletividade. O balanço patrimonial é a fotografia de um momento, é um retrato do dia 31/12/2000, como poderia ser do dia 31 de

janeiro. Mas, historicamente, apuram-se os resultados ao final do exercício social; historicamente o mês de dezembro é o mais crítico do ano para todas as entidades e pessoas físicas também, é o mês onde os desembolsos quase são duplicados, em que o nível de inadimplência do Clube é o maior do ano, porque ele é feito de sócios, que têm os seus encargos de fim de ano multiplicados e priorizam certamente algumas coisas, que não o Clube naquele momento. O retrato deste momento, dia 31 de dezembro, não representa a média do exercício contábil do Clube, porque se naquele momento temos dificuldades para concluir o exercício, dez dias depois estamos numa situação extremamente confortável. É o mesmo que fazer uma apuração do índice do endividamento, como foi comentado, é a verdade, naquele momento a nossa situação é relativamente tensa, mas historicamente o Clube vive das contribuições e tem créditos a receber. Por exemplo, o índice de inadimplência em 2000 foi o menor dos últimos exercícios, fechou em 3,6% o saldo do ano, que representa R\$1.000.000,00. Se esses recursos que estão em poder dos sócios, e que não são perdidos, forem trazidos para dentro do Clube teremos uma alteração significativa do status financeiro. A respeito do IPTU, explicou que o que ocorria até 1996 era que, amparados pela legislação que isentava os clubes esportivos do pagamento da parcela do IPTU correspondente ao imposto predial, até aquele exercício o Clube recebia todas as notificações, ou carnês desmembrados. Era simples, tinha o componente predial, territorial, demais taxas. A partir de 1997, o Clube passou a receber com a mudança de critérios da própria Prefeitura, os carnês com todos os componentes daquele imposto a pagar. O Pinheiros quer pagar o que deve, mas quer estar isento da parcela que está isenta. Por que desembolsar o montante para prejudicar o seu status financeiro, e depois, eventualmente, pleitear o reembolso. Se alguém já passou por experiências parecidas sabe que dificilmente em curto prazo vai receber isso de volta. Então, o Clube aciona, articula, movimentada toda a sua assessoria jurídica para ir à Prefeitura. Todos esses processos constam em detalhes no relatório. O que o Boucinhas colocou aqui foi uma transcrição de relatórios da nossa diretoria jurídica, suportadas pela própria assessoria que presta esse serviço externamente. A Prefeitura tem um sistema que identifica os seus contribuintes, emite os carnês e não lê, não interpreta se aquele contribuinte é ou não é isento de alguma parcela. O meio de campo que é aquele momento de articulação, de negociações, de petições, de idas e vindas, é o complexo, é o artesanal. As áreas envolvidas às vezes não se entendem, só que aquele programa que emitiu o carnê no início, num segundo momento vai ler, não pagou, provavelmente vai inscrever na dívida, só que não interpreta, não lê e não quer saber de todo o movimento articulado em evolução permanente, em *follow up* permanente, para dizer – atenção, Prefeitura, eu quero pagar. Agora,

o Clube também se preparou para isso, está provisionado do valor a pagar do IPTU, deduzidas as parcelas que ele não tem que pagar, é aquele valor constante do próprio relatório, cerca de R\$1.300.000,00. E está provisionado para atender a essa demanda. Outro ponto a considerar, que o Clube adotou e historicamente respeita, há um componente importante chamado *demonstração das mutações do patrimônio líquido*. Em 1994, optou-se por fazer uma reavaliação dos ativos do Clube, porque historicamente defasados não registravam o valor real do seu mobilizado, dos seus terrenos, suas edificações, etc. Feita essa reavaliação, a partir do ano seguinte tivemos o advento do plano real e as modificações de legislação a respeito. Para ser coerente com esta chamada demonstração, acompanhada de todos os instrumentos que carregam essa legislação societária, que nos obrigam a demonstrar, o Clube é obrigado a depreciar os seus bens depreciáveis. O que ocorre, depreciação, todo mundo sabe, os empresários também sabem, a parte depreciável das coisas depreciáveis são apropriadas como despesa e permitem que as entidades com fins lucrativos possam considerar isso como despesa e reduzir o imposto de renda a pagar. Por quê? Porque despesa, terá que se preparar para uma futura movimentação e renovação do seu parque. Ocorre que as empresas que têm fins lucrativos, ou entidades que têm fins lucrativos, diferentemente do Clube, que não tem finalidades lucrativas e não gera receitas superavitárias para neutralizar o efeito da depreciação. Ocorre que de certa forma estes valores depreciados reduzem o valor do patrimônio líquido. Mas isso é meramente econômico. Ninguém vai buscar esse recurso deficitário do bolso do associado. Ele não corresponde a medida financeira nenhuma, é meramente econômico, gerencial. Não está sendo criado nenhum fato novo, nem houve alteração com relação aos movimentos anteriores. Isso é histórico no clube, faz parte da nossa demonstração, transparência numérica das demonstrações contábeis e financeiras.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia (aparte) - No que tange ao IPTU, disse que antes do advento da medida provisória editada pelo Presidente da República em 1996, o Clube tinha uma isenção no que diz respeito à parte predial, mas a parte territorial é uma parte incontroversa, ou seja, temos que continuar pagando o IPTU. Considerando que a Prefeitura está dificultando o nosso acesso, emissão dos carnês para esse pagamento, perguntou se já foi consignado em juízo e, se não foi, sugeriu que isso ocorresse, porque certamente a Diretoria quer pagar, essa é uma obrigação, porque é um imposto.

Roberto Gasparini – Respondeu que o Clube quer pagar o que é devido.

Francisco Carlos Collet e Silva (aparte) – Complementando o questionamento com relação ao IPTU, ponderou que o Clube discute uma parte controversa, a outra o ele próprio reconhece que é devida, tanto que aponta no seu relatório de Diretoria o valor de R\$1.300.000,00. Constatou no relatório que em providências judiciais, também, em relação ao INSS, o Clube, acertadamente, providenciou o depósito judicial, inibindo multas que ampliam sobremaneira o crédito tributário e também impede a distribuição de uma ação executiva, embora não discutisse o número, que o Diretor esclareceu corresponde exatamente aquilo que o Clube sabe e reconhece que deve e que não pagou. Perguntou por que se essa parte é incontroversa, o próprio Clube reconhece, ela não foi depositada em juízo, de modo a inibir multas e execução, restringindo um pleito em sede administrativa, ou até mesmo em sede judicial, a parcela controversa, como feito em relação ao INSS.

Roberto Gasparini – Respondeu que o relatório produzido pela Auditoria Boucinhas baseou-se em informações da Diretoria Jurídica e da Assessoria Externa que também assessora o Clube nesse particular, que não tinha condições de dar respostas jurídicas, mas que estava muito claro, pela leitura dos “n” processos de pedidos de isenção, que não era ainda o momento apropriado para este recurso judicial, porque os processos estão em andamento, existem respostas parciais e questões controversas que estão impedindo essa decisão final, e às vezes são referidas e isso faz parte do trabalho que está sendo realizado, da controvérsia em relação à área total construída do Clube. Em certo momento um lançador da Prefeitura, por exemplo, resolveu apropriar ao Clube determinado imóvel das imediações, dizendo que aquele prédio também pertencia ao Clube, o que não corresponde. Então, estas questões de meio de campo que estão sendo articuladas, estão todas respondidas. Se a nossa assessoria jurídica externa entendeu que não é o momento apropriado, certamente, a que esgotar os recursos da petição e dos andamentos articulados nas vias operacionais da Prefeitura. Existem documentos em mãos do clube concedendo a isenção parcial, aí dizemos: obrigado pela resposta, por favor, desmembre o carnê que eu quero pagar. E isso não acontece. Repetiu que o Clube não pode pagar via banco o que é devido, porque não foi desmembrado o carnê que corresponde ao imposto territorial e demais taxas. Ele não sabe, ele não está quantificado. Finalmente, os trabalhos que estão sendo realizados demonstram que os cuidados necessários na esfera jurídica estão sendo tomados.

Francisco Carlos Collet e Silva (aparte) – Deixou claro que sabia que o Clube não poderia pagar em banco se disputava o carnê, mas insistiu que deveria ter sido feito o depósito judicial da parte incontroversa. Perguntou se

o Diretor tinha conhecimento se o Clube responde a alguma execução fiscal e se havia sido citado sobre essa questão, tendo o Sr. Roberto Gasparini respondido que não tinha conhecimento.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro (aparte) – Julgou pertinente a preocupação com o fato de ter, ou não, sido proposta alguma ação de consignação. Pela manifestação do Sr. Diretor depreendeu que estão ocorrendo providências administrativas relativas a requerimentos e petições. Mas, para fim de registro e destaque, o importante é que já houve a provisão dessa importância no balanço, sendo uma questão de interpretação o momento oportuno do ajuizamento da ação, o que poderia se inserir dentro de um poder de gerenciamento, de gestão da própria Diretoria. O Sr. Diretor Concordou. Continuando, o aparteante disse que essa providência de propositura de ação pode ser tomada a qualquer tempo, quando se entender conveniente e necessário, como, aliás, foi feito com relação ao INSS.

Roberto Gasparini – Divergiu da opinião do aparteante quanto ao momento da distribuição da ação, dizendo entender que não seria uma ação consignatória. Seria uma ação anulatória do lançamento com o depósito da parte incontroversa. Como o exercício de 1997 já ocorreu, 1998 idem, 1999 e 2000, hoje não há mais oportunidade de fazer o depósito, pelo menos com relação ao passado e com isso evitar as multas. Embora esperando que nada disso ocorra, entendeu de bom alvitre fazer esse depósito no momento oportuno, como o Clube fez com relação ao INSS.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Afirmou que não seria uma ação de consignação, a ação oportuna seria ação anulatória do lançamento fiscal.

Presidente – Deu por encerrada o assunto quanto ao IPTU.

Sérgio Vergueiro (aparte) – Remeteu-se ao quadro demonstrativo da posição financeira (pág. 113), onde consta o saldo do exercício anterior, o resultado de 2000 e o saldo financeiro acumulado, dizendo que não se estava tratando de depreciação, nem de nenhum valor econômico, mas de dinheiro, financeiro. Pediu que o Sr. Diretor confirmasse se os saldos ali apontados estavam corretos, se eles não tinham nada a ver com fatores econômicos, ou valores que não fossem efetivamente de dinheiro. Temos um saldo negativo em custeio e lanchonetes e restaurantes e um saldo positivo em investimento, valores que se referem a dinheiro, não havendo depreciação ou abstração econômica.

Roberto Gasparini – Esclareceu que este demonstrativo faz uma acumulação de dados estatísticos, é um balanço orçamentário. O que significa que se ele tem resultados carregados de exercícios anteriores, ele demonstra que nós não fomos competentes para fazer uma previsão orçamentária que batesse zero a zero. Infelizmente, não fomos competentes. Tivemos diferença. Isto não significa dinheiro. Perguntado pelo aparteante se não era a diferença entre a receita e a despesa, respondeu que era orçamentária, mas não onerava o Clube financeiramente, por ser apenas o resultado estatístico acumulado de um balanço orçamentário.

Sérgio Vergueiro - Perguntou se os valores que vêm sendo carregados de outros exercícios significavam que o Clube gastou este dinheiro a mais do que recebeu para o orçamento de custeio, tendo o Sr. Diretor respondido positivamente e que isso não implicava déficit financeiro, no status financeiro do Clube e que esse dinheiro não foi obtido porque o orçamento não foi plenamente atendido.

Sérgio Vergueiro – Tendo perguntado e o Sr. Diretor respondido, positivamente, que no caso de custeio se tratava da diferença, as receitas de custeio e as despesas, ponderou que não havia nenhuma abstração econômica, como também não tinha em lanchonetes e restaurantes. É o que entrava no caixa e o que saía. E como não temos um investimento de Fundo Especial é o que entra de receitas de taxas de transferência e o que é aplicado naquelas despesas nos pontos de despesas que estão no orçamento. As receitas não foram suficientes para atender às despesas, então, ficou devendo, quando fica devendo, e sobra, quando sobra. Financeiramente, isso é dinheiro.

Roberto Gasparini – Explicou que isso não é dinheiro; não causa impacto financeiro ao Clube. Além dos documentos de gestão, existe o balanço financeiro, que é o resultado do acompanhamento de um fluxo de caixa permanente, porque temos um caixa que corresponde ao tesouro geral, que recebe dinheiros de várias origens sem poder carimbá-lo, é dinheiro do clube, e isso está expresso no patrimonial. Isto aqui é numérico para dizer que o orçamento não foi atendido plenamente, como foi planejado.

Sérgio Vergueiro - Entendeu, então, que quando se pediu a transferência de recursos do orçamento de investimentos para o orçamento de custeio, para cobrir o pagamento do INSS, em 1998, houve uma transferência escritural, não fizemos em dinheiro e não fizemos o depósito.

Roberto Gasparini – Esclareceu que precisaríamos dos recursos para cobrir. Perguntado pelo aparteante se tivemos o recurso e cobrimos, respondeu que sim.

Sérgio Vergueiro – Indagou se ficamos devendo. Tendo o Sr. Diretor confirmado, ponderou que estamos devendo isto nos orçamentos, porque gastamos mais do que recebemos e, neste caso, Reportando-se à pág. 110, resultado de lanchonetes e restaurantes, perguntou de onde vem o dinheiro para cobrir o prejuízo operacional do resultado do restaurante social, Ponto de Encontro e CCR, um total negativo de R\$661.226,00.

Roberto Gasparini - Respondeu que o Clube tem um caixa único e precisa do recurso onde estiver disponível naquele momento. Perguntado, afirmou que houve prejuízo nesses restaurantes, que isso é histórico, dando razão ao aparteante no sentido de que isso ocorre desde 1994 e que o Clube gastou mais do que recebeu.

Luís Eduardo Pinheiro Lima (aparte) – Reiterou seu pedido de esclarecimento à Diretoria, com relação ao desenvolvimento do ativo circulante x passivo circulante (pág. 88), entendendo que chegamos no ano 2000 a um ativo circulante de R\$2.782.359,00 e um passivo circulante de R\$8.482.939,00, ou seja, uma diferença de passivo e ativo de menos R\$5.710.580,00. Tendo sido dito pelo Sr. Diretor que quando se faz o balanço é uma época crítica para o Clube, entendeu da sua descrição que estava sendo prevista a contribuição a receber dos sócios e toda a parte a pagar até aquele mês, o que retrata o ano todo. Como o balanço tem que ser feito em 31/12, contando esse débito em que para cada R\$1,00 que recebemos, temos que pagar R\$3,05.

Roberto Gasparini – Explicou que o passivo circulante abrange o saldo da conta de fornecedores a pagar: pessoal, encargos sociais, inclusive, provisão de férias que se refere a um exercício inteiro. O Clube não tem que desembolsar isso naquele momento, ele provisiona, porque assim exige a boa prática contábil. Da mesma forma, há provisão para contingências trabalhistas. Outras contas bancárias a pagar estão perfeitamente abertas, todas elas detalhadas, mas tem um dado muito importante a ser considerado, que é a rubrica INSS Patronal, onde, comparando os números de 1999 e 2000, verifica-se que R\$14.600.000,00 se transformaram em R\$20.600.000,00. Daí a diferença de R\$5.000.000,00. É dinheiro depositado na Justiça, saiu do caixa do Clube, foi depositado e produziu uma distorção.

Luís Eduardo Pinheiro Lima (aparte) – Observou que não tinha considerado os depósitos a longo prazo ou receitas, porque eles tinham uma entrada e uma saída. Apenas levou em conta o real ativo circulante e o passivo circulante.

Roberto Gasparini – Ponderou que a diferença foi produzida pelo dinheiro desembolsado pelo Clube e esclareceu ao aparteante que o realizado a longo prazo consta como ativo e o INSS patronal como passivo, porque são contas compensadas. É dinheiro que saiu do cofre do Clube, que alterou o seu estoque de ativos, porque foi desembolsado, reduzindo o disponível porque uma conta recebeu esse valor adicional, que é a conta INSS.

Luís Eduardo Pinheiro Lima (aparte) – Disse que não estava esclarecendo, porque estava exemplificando alguns itens do ativo circulante e do passivo circulante. A longo prazo, a receber e a pagar tinha deixado de lado. Era o mesmo valor. Ainda permanecia essa diferença brutal.

Julio Ricardo Magalhães (aparte) – Perguntou e o Sr. Diretor confirmou que a diferença entre o INSS patronal era de cerca de R\$6.000.000,00 de um ano para o outro. Remetendo-se à pág. 91, item Aplicações e recursos, contestou, dizendo que o dinheiro depositado em depósitos judiciais, INSS patronal não era R\$6.000.000,00, mas R\$3.880.997, portanto, não conferia a premissa de que tínhamos 14, foi para 20 e depositamos 6.

Roberto Gasparini - Como o Sr. Diretor respondeu que os valores considerados no patrimonial admitem atualização monetária dos depósitos efetuados.

Julio Ricardo Magalhães – Entendeu, então, que isso no ativo e no passivo não tinha efeito. Quanto à depreciação do patrimônio que reduziu, nada a ver com isso, porque é circulante contra circulante. Voltando à pág. 91, expurgado o efeito de depreciação tem o acréscimo e decréscimo do capital circulante. No ano passado houve acréscimo 69.626, decréscimo R\$2.321.359, 00. Pediu que o Sr. Diretor explicasse o que era isso e se isso não foi disponibilidade perdida, fundo de dinheiro perdido.

Roberto Gasparini – Deixou claro que as notas explicativas da Boucinhas são claras a respeito do que é depreciação e do efeito que isso causa nas mutações do patrimônio líquido. Que o efeito do decréscimo do capital circulante líquido é o efeito puro e simples da depreciação que não encontrou contra partida de receitas para neutralizar esse efeito da depreciação.

Julio Ricardo Magalhães – Discordou, dizendo que o efeito de depreciação já estava tirado aqui em cima e o resultado estava tirado em baixo, R\$2.596.342,00, depreciação do resultado; depreciação do imobilizado, R\$2.445, tirou o efeito, um positivo e outro negativo. Insistiu, perguntando se 2.021 representava tecnicamente perda de disponibilidade.

Roberto Gasparini – Explicou que não era perda de disponibilidade, porque não tinha nada a ver com os recursos recebidos. Eram efeitos depreciativos econômicos, que não têm função financeira.

Julio Ricardo Magalhães – Disse que se tratava da origem e aplicação de recursos. Se chama de “cash fund” americano e é perda e disponibilidade de fundos.

Roberto Gasparini – Afirmou que no quadro anterior (pág. 90) verificava-se que o déficit do exercício que carregava e dava origem negativa aos seus recursos, porque o efeito da depreciação se fez sentir. Tendo o aparteante discordado, dizendo que ao mesmo tempo colocando positivo, em baixo, anulava o efeito, curvou-se àquela colocação e se dispôs a com ele discutir tecnicamente essas colocações.

Caio Roberto Moraes Garcia – Quanto aos investimentos (pág. 89), perguntou se procedia o entendimento de que a importância arrecadada de R\$2.288.490,00 de receita, que é feito através de taxas de transferências, venda de títulos, e tendo em vista que o circulante, caixa, bancos e aplicações financeiras (pág. 88), apontavam um saldo de R\$1.067.742,00, concluindo que essa diferença de R\$ 2.120.748,00 foi gasta em custeio.

Roberto Gasparini – Pediu que o aparteante, se reportasse à pág. 112 para fazer um comparativo com um demonstrativo, no valor efetivamente recebido e dispendido na conta de investimentos, onde constava uma variação de R\$83.450,00 do previsto, deu-se por satisfeito.

Pedro Antonio Lousan Badra (aparte) – Fez um preâmbulo, dizendo que estatutariamente existem três orçamentos: custeio, investimento e bares e restaurantes, com fontes de receitas e despesas independentes, tendo o Sr. Diretor o interrompido para esclarecer que o orçamento de investimentos não é compulsório, não é estatutário, é apenas um plano de ação ou uma carta de intenções a ser realizada. Continuou, perguntando se à luz das receitas e das despesas foram atingidos os objetivos do orçamento de custeio, de

investimentos e de bares e restaurantes, considerando, inclusive, que o investimento estivesse teoricamente dentro do custeio e se houve equilíbrio entre receitas e despesas nesses três orçamentos. Como o Sr. Diretor respondeu que sim, afirmou que não entendia o restante desta literatura.

Roberto Gasparini – Tornou a dizer que o Clube precisa de receitas, caixa, e sofre perdas de receitas ao longo do ano. A administração financeira cuida de gerir que esses recursos sejam compatibilizados, de modo a evitar distorções ou déficits. Se circunstancialmente um ou outro item, uma ou outra conta não foram atingidos, o que prevalece no conceito da melhor gestão é o global, o macro, o nível de atingimento e todo o planejamento que for realizado.

Pedro Antonio Lousan Badra – Explicitando sua objeção, disse que as contas de receita e nas despesa não estavam batendo e que o Diretor havia dito que não houve essas metas e que houve uma defasagem. Ficou pasmo ao ler no relatório que pelo terceiro ano consecutivo, praticamente alcançamos o equilíbrio financeiro previsto no orçamento de lanchonetes e restaurantes, e que os orçamentos de custeio e investimento obtiveram desempenho financeiro previsto, cujos números atestam com clareza a eficiência de gestão dos recursos do Clube. Contestou essas afirmações, entendendo que as metas propostas de equilíbrio não tinham sido atingidas.

Roberto Gasparini – Reportou-se ao resumo do balanço orçamentário (pág. 101) para fazer a avaliação do exercício de 2000, referindo-se ao orçamento de custeio, cujo valor previsto era R\$41.512.000,00. Como o aparteante afirmou que previsto é plano e que estavam falando em realizado, passou a analisar essa coluna. Obtivemos apenas R\$38.916.000,00 do previsto (acima), isto é, 6% inferior.

Pedro Antonio Lousan Badra (aparte) – Enfatizou que quando se faz um orçamento se prevê o que vai gastar. Na medida em que se realiza a obra, vai-se gastando. No caso, o Clube recebeu R\$38.916.000,00 e gastou R\$38.920.000,00, com um diferencial negativo de R\$4.504,00. O mesmo aconteceu em bares e restaurantes e em investimentos. Finalmente, gastou-se mais do que se recebeu.

Roberto Gasparini – Disse que a variação negativa foi em torno de 0,28%, não é ciência exata e que se estava falando em 2000.

Pedro Antonio Lousan Badra (aparte) – Concluiu, afirmando que houve um valor negativo entre receita e despesa orçamentária.

Arlindo Virgílio Machado Moura (aparte) – Lendo o resumo do balanço orçamentário (pág. 101), depreendeu, e o Sr. Diretor confirmou, que no ano passado o Conselho aprovou um orçamento que tinha um déficit admitido, de menos R\$2.325.760,00. De uma forma geral foram obtidas receitas menores, mas a Diretoria, através da sua gestão, ao final do exercício conseguiu reduzir esse déficit para menos R\$133.255,00, portanto, fazendo uma economia em torno de R\$2.200.000,00.

José Manssur (aparte) – Perguntou o seguinte: 1) se a contribuição social paga hoje pelo sócio é maior, igual ou menor que a dos exercícios anteriores contados desde 1993; 2) se as taxas cobradas pelo Clube são reduzidas e se foi praticado o índice de correção quadrimestral pelo IGPM aprovado pelo Conselho quando da apreciação do orçamento, e neste caso, se negativo, se isso trouxe ou não algum benefício ao associado.

Roberto Gasparini – Explicou que ao longo do exercício a Diretoria tinha condições, suportada pela aprovação do Conselho, de corrigir quadrimestralmente as contribuições sociais com o IGPI-DI pleno. Como o Clube vinha desenvolvendo ou desempenhando um status financeiro bastante satisfatório, a Diretoria houve por bem reduzir os índices corretivos das contribuições. Ao final do exercício a não aplicação da correção plena produziu uma receita menor da ordem de R\$460.000,00. Isso, certamente, em benefício do associado. Quanto às taxas esportivas, há cerca de dois anos foram reduzidas na ordem de no mínimo 15%, com o objetivo de acompanhar a evolução dos tempos e o momento econômico vivido, com o intuito de estimular que o associado viesse a usufruir o Clube com mais intensidade. Além disso, depois de reduzidas as taxas esportivas foram parceladas, porque o clube não precisa desse dinheiro no primeiro mês do ano, ou no último mês do exercício, e são os meses mais críticos de todas as pessoas jurídicas e físicas neste país, ou seja, IPTU, IPVA, matrícula, condomínio, 13º, etc. Exemplificando, disse que a idéia foi estimular a utilização do Clube, com os recursos disponíveis, porque os gastos fixos continuam existindo, independentemente da frequência do associado. Sobre as contribuições, em cada exercício que a Diretoria planejou o orçamento e obedeceu à apreciação do Conselho para aprovação, ela trouxe razões bem definidas de eventuais alterações compulsórias sobre o custo da contribuição. Uma delas foi do próprio INSS que trouxe um início imediato de depósito sem ter o recurso disponível. O exercício feito naquela época indicava que o valor das contribuições deveria ter sido corrigido em cerca de 30%. A Diretoria submeteu ao Conselho a transferência de parte de reservas de outros

orçamentos, e foi votado, 15% de correção real. Desde 1990, cada situação específica foi trazida ao Conselho, não foi alterada ao longo do exercício e foi aprovada, porque plenamente justificada. Finalmente, que as contribuições foram corrigidas por razões bem definidas e todas elas com respaldo e aprovação do Conselho.

Hugo Nivaldo Napoli (aparte) – Pediu que o Sr. Diretor esclarecesse se a receita de investimento (taxas de transferência de títulos e editais), no valor de R\$2.288.490,00, não deveria estar no caixa, senão no caixa, em algum outro lugar e se poderia ter sido gasta em custeio.

Roberto Gasparini – Esclareceu que o balanço patrimonial é a fotografia daquele dia, exatamente e que o valor da conta de investimentos, obtido ao longo do exercício, foi utilizado ao longo do exercício, em investimentos (pág. 112), conforme se verifica nas rubricas engenharia, instalação de teleinformática, regularização, revitalização, reforma da sauna e outros itens, totalizando R\$3.559.000,00. O caixa administra todos os recursos. A contabilidade faz a apropriação de cada um deles. No momento de apropriar um gasto com a instalação de teleinformática, o centro de custo competente acusou um valor de despesa e foi apropriado para totalizar o exercício. O valor total corresponde praticamente ao valor que se recebeu de taxas de investimento.

Hugo Nivaldo Napoli (aparte) – Admitindo um gasto nesta dotação de investimento de fundo especial, de acordo com a demonstração e se o balanço patrimonial em 31/12/2000 representa a posição do Clube naquele dia, perguntou como serão pagos os R\$8.492.000,00 que é circulante, que é o passivo, se o Clube só tem R\$2.782.000,00.

Roberto Gasparini – Respondeu que no dia 31 de dezembro, o status financeiro do clube é realmente crítico. Mas, historicamente, o clube tem antecipações de receita a partir do 1º de janeiro, e, historicamente o clube tem créditos a receber, consignados em banco, que já estão definidos. O clube tem recursos imediatos para suprir qualquer deficiência. Como o orador perguntou se seria com receita anterior, esclareceu que em nenhuma das contas que estavam sendo apontadas o Clube teria que disponibilizar naquele momento. São contas de médio prazo, porque o balanço simplesmente registra a fotografia daquele dia, são as obrigações a pagar.

Hugo Nivaldo Napoli – Perguntou se mesmo que o Clube retirasse R\$3.000.000,00 de IPTU, adiantamento de sócios e terceiros, seria dinheiro

que estaria devendo, ou seriam receitas diferidas lançadas no balanço de dezembro e apropriadas mensalmente. Como o Sr. Diretor respondeu que era a mesma coisa que a despesa, perguntou qual seria o recurso se o balanço fosse fechado em 31 de dezembro e o Clube não tivesse R\$5.710.000,00 e se ter-se-ia que vender parte do Clube, ao que o Sr. Diretor respondeu que, provavelmente, naquele dia, sim. Analisando a questão, indagou, ainda, quando o Clube conseguirá zerar as contas, que vêm aumentando desde 1994.

Roberto Gasparini - Enfatizou que faz parte do plano de ação da Diretoria a correção desses déficits, só que no momento não dispunha dos detalhes desse planejamento. Tendo o aparteante argumentado que talvez com a mudança da filosofia de administração se pudesse diminuir o prejuízo, respondeu que não discutia sob hipóteses, preferindo discutir sobre números e que existia um planejamento para a correção desses débitos.

Alexandre Barradas de Oliveira - Propôs que a Diretoria pagasse imediatamente os IPTUs, por não acreditar que o Clube deva continuar com esses recursos em aberto. Considerando a informação do Diretor Roberto Gasparini de que no início do ano o caixa sempre cresce em função dos adiantamentos, das mensalidades adiantadas, o caixa propiciaria esse recolhimento e deixaria o Clube isento desse problema que é um pouco mais político e mais sério. Seria muito difícil continuar lutando por uma isenção e não pagando essa isenção, deixando de pagar a parte do imposto que se refere à parte territorial.

Francisco Carlos Collet e Silva (aparte) – Salientou que o orador estava falando em pagar o IPTU. Pelas discussões travadas não era a postura colocada em debate. A proposta seria pagar, ou depositar a parte que o Clube reconhece que deve, o IPTU devido tem aquela parte comprometida que está sendo discutida.

Presidente – Deu por encerrados os debates.

Votação/Deliberação:

O Sr. Presidente deu conhecimento das propostas que havia recebido, desde logo unificando as três proposições apresentadas pelo Conselheiro Pedro Antonio Lousan Badra, pois que faziam três registros, dos três orçamentos diferentes, bem como por se tratar da votação do balanço e relatório da Diretoria e não do orçamento anual.

O Sr. Presidente resolveu que a proposta do Conselheiro Alexandre Barradas de Oliveira seria encaixada como aditiva à proposta do Conselheiro Pedro Antonio Lousan Badra, entrando no orçamento de custeio.

Durante o encaminhamento da votação o Sr. Presidente prestou esclarecimentos.

A matéria foi submetida ao plenário.

Votado em primeiro lugar, foi aprovado por maioria de votos o Relatório Anual, Balanço e Demonstração das Contas de Receita e Despesa relativos ao exercício de 2000, apresentados pela Diretoria.

Diante desta decisão, o Conselheiro Pedro Antonio Lousan Badra retirou sua proposta aprovando o orçamento de custeio com restrições, pois ela se tornou sem efeito.

Pela ordem, foram votadas e aprovadas, por 77 contra 76 votos, as seguintes proposições do Conselheiro Pedro Antonio Lousan Badra: aprovando Relatório de Investimento, com restrição, tendo em vista não terem sido atingidas as metas propostas; aprovando Relatório de Bares e Restaurantes, com restrição, tendo em vista que não houve equilíbrio entre despesas e receitas.

O Conselheiro Badra solicitou, e o Sr. Presidente concordou, que a proposição do Conselheiro Alexandre Barradas de Oliveira fosse votada em separado, pois que tratava de matéria de gestão da Diretoria.

Submetida ao plenário, foi rejeitada; por 80 contra 73 votos, a proposição do Conselheiro Alexandre Barradas de Oliveira, no sentido de recomendar que a Diretoria promova o depósito, ou o parcelamento, ou o pagamento do valor considerado incontroverso devido pelo Clube no que se refere ao IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano).

Item 3 - Várias.

Djalma Funaro – Comentou que naquele dia teve acesso ao contrato referente à substituição da grama do Campo de Futebol “B” e pôde confirmar o que havia dito o Presidente Cezar Roberto, de que foram pagos pela grama R\$255.000,000, resultado de negociação com a empresa fornecedora, em três parcelas. Ocorre que no contrato consta um item B, que diz respeito à retirada da grama sintética já existente no campo da contratante. Questionou onde estavam alocados os R\$63.000,00 que foi dito que a empresa pagaria ao Clube pela grama retirada, pois o contrato não mencionava nada a respeito. Observou que a empresa contratada foi a Soccer Grass, que ele, orador, havia dito que só tem R\$3.000,00 de capital e dois anos de existência. Portanto, ela não tem a menor condição de ter instalado os 80.000m de grama que a Diretoria falou. Além disso, o contrato estabelece que o Clube fornecerá a areia, coisa que as concorrentes forneciam e que custa em torno de

R\$6.000,00. Consta do contrato, também, e não constou do edital, que a empresa poderá utilizar dois “banners” na área da quadra, onde serão realizados os serviços. Objetou, tendo em vista que isso tem um valor, é propaganda. Sobre a alegação de que o IPT não poderia se pronunciar, porque não existiam normas, disse que o Sesc e Senai quando fazem esse tipo de concorrência pedem que as empresas participantes apresentem um laudo da sua grama e comparam os laudos então fornecidos para avaliar as propostas.

Severiano Atanes Netto (aparte) – Perguntou o que a empresa faria com a grama que retirou e pagou, se essa grama teoricamente não serve para ser utilizada pelo Clube, em outro lugar.

Djalma Funaro – Informou que a grama retirada do Clube foi vendida em São José dos Campos, para a Soccer Planet, a R\$25,00/m². Se tivesse vendido essa grama – aliás, como propôs a FlexPav, que não deixaram participar da concorrência e tinha grama de primeira qualidade – o Clube apuraria cerca de R\$125.000,00 e a grama nova sairia bem mais em conta.

Marcelo Grassi (aparte) - Complementando, disse que o valor da propaganda da empresa poderia ser deduzido do valor pago pelo Clube. Sobre a forma de negociação, disse que fugiu do padrão de mercado, pois que o Clube pagou 60% adiantado, ao passo que a Diretoria, ao propor ao Conselho a venda do imóvel da R. D. José de Barros aceitava o parcelamento em 10 ou 12 vezes sem juros.

Wilma de Almeida Gonçalves – Propôs voto de louvor à seção de Pólo Aquático, destacando atletas como Liminha, Gilberto Guimarães e seu marido, João Gonçalves, que participou de cinco olimpíadas, duas como nadador e cinco como jogador de Pólo, e que ainda contribuiu como técnico de Judô em duas ou três olimpíadas. Pediu que a nova Diretoria se sensibilizasse com a parte aquática, dedicando a ela o mesmo carinho que dedica às demais instalações esportivas. Lembrou que a piscina olímpica satisfaz plenamente o competitivo, a natação, as aulas de crianças e adultos, o pólo aquático que divide com a piscina externa, mas os outros sócios também precisam se utilizar dela e lhes são reservadas poucas raias. Quanto à piscina externa, embora seja um cartão postal do Pinheiros está desatualizada, precisa de água aquecida e o volume de água não comporta o aquecimento, o que deve ser estudado. Sugeriu que esta piscina seja dividida em duas ou três menores, aproveitando a estrutura existente, e que se aqueça uma delas. O Clube tem condições de investir, mas ainda não há interesse político. Em todo o mundo,

os países que têm o clima até 30 graus abaixo de zero, são os que tem os maiores campeões da parte aquática. Finalmente, com o aquecimento a piscina poderia ser aproveitada pelos sócios que utilizam a Pista de Atletismo como solarium e acabam tomando banho de chuveiro. Para fortalecer o seu apelo, citou Atletas Beneméritos que entende não podem ser esquecidos, que saltaram, nadaram em água fria e conseguiram medalhas, como Oswaldo Lopes Fiore, Tizu Sato, Maria Silva Martins, Marcos Araújo, bem como mencionou clubes com o mesmo padrão do Pinheiros que já dispõem de piscinas aquecidas.

Presidente - Informou o número de Conselheiros que tinham assinado o livro de presença e deu por encerrados os trabalhos às 23h45.

Obs: esta ata foi integralmente aprovada na 475ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 28 de maio de 2001.

**Dulce Arena Avancini
Primeira Secretária
Conselho Deliberativo**

**Sergio Lazzarini
Presidente
Conselho Deliberativo**